

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS (AS): UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DO ENADE 2021 NA UNESP

Suzanna Neves Ferreira ¹
Renata Portela Rinaldi ²

RESUMO

Esta investigação insere-se nas pesquisas sobre a formação de professores e é resultado de um estudo de doutorado em andamento. Seu objetivo principal é analisar os dados dos relatórios do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2021, com foco nos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A escolha pela última avaliação é justificada pela relevância dos dados mais recentes, que refletem a realidade acadêmica atual e as transformações educacionais causadas pela pandemia de COVID-19, oferecendo uma visão mais precisa dos desafios e avanços na educação superior. A pesquisa adota a análise documental, baseada em fontes públicas e primárias disponíveis *online*, e utiliza as categorias de análise de Cellard (2008). Essas categorias consideram diversos aspectos, como o quadro teórico, o contexto, os autores, os interesses envolvidos, os conceitos-chave, a lógica interna e a natureza dos textos, permitindo uma compreensão crítica e profunda dos relatórios. O estudo investiga os resultados de desempenho dos (as) discentes em componentes de formação geral e específica, com ênfase nas variações observadas entre os diferentes campi da UNESP. A comparação entre essas unidades permite identificar as especificidades de cada campus, os fatores que influenciam o desempenho acadêmico e os desafios enfrentados pelos (as) alunos (as) em diferentes contextos. Além disso, a pesquisa analisa o papel do ENADE como ferramenta de avaliação da qualidade da educação superior, destacando como os dados gerados pelo exame podem contribuir para a melhoria contínua dos cursos de Pedagogia. Por meio dessa abordagem, o artigo busca fornecer uma análise descritiva e reflexiva sobre a formação dos (as) pedagogos (as) na UNESP, considerando as mudanças no cenário educacional e as necessidades da profissão.

Palavras-chave: Formação de professores, Curso de Pedagogia, ENADE, Análise documental.

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, a educação escolar compreende dois níveis: a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e a educação superior, conforme estabelece a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A educação superior no

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente - SP, suzanna.neves@unesp.br;

² Professora orientadora: Doutora, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente – SP, renata.rinaldi@unesp.br.



Brasil deve ser ofertada pelas Instituições de Ensino Superior (IES), devidamente autorizadas e supervisionadas pelo Ministério da Educação (MEC). Essa etapa da educação tem como finalidades formar profissionais qualificados e promover a produção e a difusão do conhecimento científico e tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento social do país. Os cursos de educação superior conferem diplomas aos concluintes e podem ser estruturados nas modalidades de bacharelado, licenciatura ou tecnólogo, sendo ofertados nas formas presencial, semipresencial e a distância (Brasil, 1996).

Nesse sentido, as IES desempenham papel estratégico na consolidação de uma sociedade baseada no conhecimento, ao articular ensino, pesquisa e extensão, pilares fundamentais e indissociáveis como prevê o artigo 207 da Constituição Federal (Brasil, 1988). A autora Paula (2003) observa que, desde as primeiras universidades nos séculos XII e XIII, a instituição universitária se caracteriza pela pluralidade de campos do saber, integrados por práticas interdisciplinares e transdisciplinares que promovem a unidade na diversidade: "[...] a universalidade de campos de conhecimento é tomada como uma característica definidora da instituição universitária" (Paula, 2003, p. 54).

Com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Conforme o art. 1º, § 1º, suas finalidades incluem a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da oferta, o fortalecimento da eficácia institucional e social e o aprofundamento dos compromissos das instituições com a missão pública, os valores democráticos, a diversidade e a autonomia institucional.

A referida lei institui que a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (Brasil, 2004).

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, determina que o ENADE seja aplicado, de forma trienal, aos discentes de todos os cursos de graduação, sendo um componente curricular obrigatório. Compete ao dirigente da instituição inscrever, junto ao INEP, todos



os graduandos concluintes habilitados. Os cursos recebem conceitos de 1 a 5, de acordo com os resultados das provas, eles são fundamentais para a composição dos indicadores de qualidade da educação superior no país.

O estudo desenvolvido por Griboski (2012), analisa o ENADE como elemento indutor da qualidade da educação superior, compreendendo as contribuições que o exame pode oferecer para o aprimoramento efetivo dos cursos e da formação dos estudantes de graduação.

A qualidade da educação superior também pode ser expressa nos relatórios resultantes da participação do estudante no Enade, pois eles contêm um conjunto de informações sobre os cursos e podem ser objeto de reflexão para a coordenação dos cursos, junto com os docentes e demais órgãos colegiados. Destaca-se que as informações resultantes do processo de avaliação subsidiam a tomada de decisão dos gestores sobre mudanças necessárias no curso, como a revisão de currículos, de projetos e de programas que venham a incidir em novas práticas e em tecnologias educacionais aplicadas à necessária formação do estudante (Griboski, 2012, p. 192).

Entre as possibilidades e limites que o ENADE pode apresentar enquanto mecanismo de avaliação de curso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2022) ratifica que os dados relativos aos resultados do exame podem ser úteis para orientar as ações pedagógicas e administrativas da IES e do curso. Dessa forma, o ENADE configura-se como um conjunto significativo de informações que podem contribuir para a melhoria da educação superior, por serem referências para o conhecimento da realidade institucional.

Nesse sentido, destaca-se a importância dos processos avaliativos na educação superior, considerando seu papel no desenvolvimento científico, social e tecnológico do país. Dessa forma, cabe analisar o que os resultados do ENADE revelam sobre a formação de professores no Brasil. Segundo Cunha (2013, p. 622), “parece que a necessidade de estudar o professor e sua formação é tão permanente quanto inexorável é a ideia de processo na sua condição humana, em sua organização social”. As mudanças na sociedade sempre definirão novos desafios para a educação e, como consequência, diferentes aportes para o papel e a formação de professores.

Assim, este trabalho busca responder ao seguinte questionamento: o que os resultados do ENADE 2021 indicam sobre as possibilidades e os desafios da formação de pedagogos(as) nos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e no país?



METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza qualitativa (Chizzotti, 2001), teve como objetivo analisar os dados dos relatórios do ENADE de 2021, com foco nos cursos de Pedagogia da UNESP. A análise documental foi selecionada como procedimento metodológico, tendo em vista a possibilidade de examinar os registros oficiais e públicos, permitindo compreender o desempenho entre os campi e as contribuições do exame para a avaliação da formação de professores no país.

Os documentos selecionados para a análise foram os relatórios dos cursos de Pedagogia de seis campi da UNESP, a saber: Araraquara, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto, referentes ao ENADE 2021. Esses relatórios são de acesso público e encontram-se disponíveis na página eletrônica do INEP.

A escolha pela avaliação de 2021 justifica-se pela relevância dos dados mais recentes, que refletem a realidade acadêmica contemporânea e as transformações educacionais decorrentes da pandemia de COVID-19. A seleção dos relatórios baseou-se na disponibilidade pública das informações e na representatividade dos cursos de Pedagogia da UNESP em diferentes cidades do estado de São Paulo.

A análise dos relatórios selecionados foi conduzida com base nas dimensões propostas por Cellard (2008, p. 303), considerando o contexto de produção, a autoria, a autenticidade, a natureza/conceitos-chave e a lógica interna, o que permitiu uma leitura crítica e interpretativa dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relatório do curso de Pedagogia, com os resultados do ENADE 2021 divulgados pelo INEP, apresenta dados do exame realizado em 14 de novembro de 2021. Todos os resultados do curso foram obtidos com base nas análises que consideraram o total de estudantes convocados e presentes ao exame. A prova do ENADE 2021, com duração total de quatro horas, incluiu um componente de avaliação da formação geral, comum a todos os cursos de graduação, e um componente específico da área. No Quadro 1, apresenta-se a população convocada e a taxa de presença de cada campus da UNESP.



Quadro1: Participação dos discentes de Pedagogia nos campi da UNESP no ENADE 2021

Campus	Participantes	Taxa de presença
Araraquara	População convocada: 113	79,6%
	Presentes: 90	
Bauru	População convocada: 54	70,4%
	Presentes: 38	
Marília	População convocada: 137	67,9%
	Presentes: 93	
Presidente Prudente	População convocada: 75	78,7%
	Presentes: 59	
Rio Claro	População convocada: 68	85,3%
	Presentes: 58	
São José do Rio Preto	População convocada: 41	82,9%
	Presentes: 34	

Fonte: INEP (2022). Dados organizados pelas autoras.

A nota final do curso depende do desempenho dos concluintes no componente de conhecimento específico e de formação geral. A parte referente ao componente específico, composta por 30 questões, contribui com 75% da nota final, enquanto à formação geral composta por 10 questões, responde por 25%. O cálculo do Conceito³ ENADE é realizado para cada curso de uma IES. No Quadro 2, apresentam-se os conceitos obtidos por cada campus da UNESP.

Quadro 2: Conceitos atribuídos aos campi de Pedagogia da UNESP em 2021.

Conceito	Notas Finais	Campus
1	0 a 0,944	
2	0,945 a 1,944	
3	1,945 a 2,944	
4	2,945 a 3,944	Araraquara, Marília e Presidente Prudente
5	3,945 a 5	Bauru, Rio Claro e São José do rio Preto

Fonte: INEP (2022). Dados organizados pelas autoras.

³ Para informações detalhadas sobre o cálculo do conceito ENADE, veja a nota técnica disponível no endereço eletrônico: <https://enade.inep.gov.br/enade>



Em todos os campi, o desempenho no componente específico foi maior que o de formação geral, revelando maior compreensão dos conhecimentos acadêmicos-profissionais para exercer a docência. Cabe destacar que os anos de 2020 e 2021, marcados pela pandemia da Covid-19, impactaram profundamente a sociedade e a educação. No questionário do estudante do ENADE 2021, foram incluídas as questões P1 a P11, que abordam as repercussões da pandemia no processo formativo dos discentes. O exame incluiu a prova, o questionário de percepção sobre a prova e o questionário do estudante, cujo objetivo foi traçar o perfil dos participantes e relacionar suas experiências formativas à trajetória no curso e na IES.

De acordo com os dados apresentados na distribuição dos conceitos do relatório síntese do ENADE 2021 de Pedagogia, observa-se o panorama nacional dos conceitos atribuídos aos cursos avaliados, relacionando-os às categorias administrativas, modalidades de ensino e organizações acadêmicas das IES.

O relatório síntese do ENADE 2021 informa que, dos 1.249 cursos de Pedagogia participantes, 44,1% receberam conceito 3, valor predominante na maioria das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O conceito 2 foi o segundo mais frequente (28,7%), predominando na região Norte, enquanto 18,6% obtiveram conceito 4, 4,0% receberam conceito 5 e 3,5%, conceito 1. Apenas 1,1% dos cursos ficaram Sem Conceito (SC).

As análises por categoria administrativa mostram que as instituições públicas concentraram maior proporção de cursos com conceitos mais elevados, especialmente 4 e 5, enquanto as privadas apresentaram maior concentração nos conceitos 2 e 3. Quanto à modalidade de ensino, os cursos presenciais obtiveram resultados superiores aos à distância. Já em relação à organização acadêmica, os cursos oferecidos por universidades apresentaram melhor desempenho médio, seguidos por centros universitários e faculdades, sendo os CEFET/IF os que obtiveram as distribuições mais altas de conceito 4.

Evidencia-se que o desempenho nacional dos cursos de Pedagogia no ENADE 2021 concentrou-se no conceito 3, com variações regionais e institucionais que refletem desigualdades na qualidade da formação de professores pedagogos(as), diante destes resultados:

É possível observar que a expansão do EAD não veio acompanhada da melhora na qualidade do ensino, muito pelo contrário, temos uma disparidade entre a quantidade de inscritos que obtiveram nota máxima no ensino presencial e no



EAD. Além disso, temos um outro fator que deve ser apresentado somente a região sudeste é que apresentou instituições de ensino a distância com nota máxima, acirrando o discurso da disparidade regional do ensino no Brasil (Nascimento; Silva; Moreira, 2024, p. 14).

Esses dados são importantes e necessários no debate sobre a formação acadêmica-profissional do professor, de modo que Silva Júnior (2021, p. 26) evidencia que as avaliações externas dos resultados dos alunos da educação básica em provas padronizadas dirão se os professores “trabalharam bem” ou não. “[...] Se os resultados não forem bons, a explicação já estará configurada: a formação dos professores é precária [...]”. Sendo próprio das políticas neoliberais, a responsabilidade é individualizada, atribuída aos professores, sem considerar ou problematizar o fato de que mais de 70% dos cursos que formam pedagogos(as) para atuarem na educação básica são de IES do setor privado.

A democratização do acesso ao ensino superior nas últimas décadas trouxe avanços significativos. Barros (2015) destaca que, entre 2001 e 2010, as matrículas dobraram, passando de 3 para 6 milhões, contudo, 74% delas estavam concentradas no setor privado, enquanto apenas 26% pertenciam ao setor público.

Esse panorama reflete uma dependência de programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas a estudantes de baixa renda, e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que viabiliza o financiamento estudantil. Embora esses programas tenham sido importantes para ampliar o acesso, especialmente entre as camadas mais vulneráveis, o predomínio das matrículas no setor privado evidencia desafios estruturais persistentes. Mesmo com iniciativas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, que expandiram infraestrutura e vagas no ensino superior público, a privatização continua predominante (Barros, 2015).

Nesse contexto, as políticas públicas foram essenciais para redução das desigualdades educacionais e sociais. Como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que desempenha um papel central no apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a sua permanência no ensino superior. Políticas de inclusão social, como a Lei nº 12.711/2012, que regulamenta as ações afirmativas no ingresso às universidades federais e às instituições federais de ensino técnico de nível médio. As políticas públicas em questão promoveram a inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.



Apesar de fundamentais para a democratização do acesso e permanência na educação superior, as políticas públicas também representam grandes desafios para as universidades no Brasil. Sob uma orientação conservadora, têm redirecionado o papel das IES, priorizando interesses de mercado em detrimento de sua função social de formação. Diante disso, Dourado (2019, p. 16) enfatiza, “A reversão desse cenário de retrocessos requer a busca por políticas e ações, envolvendo a sociedade civil e política, mediante alteração substantiva da agenda política, econômica e educacional vigentes no país”. Isso demanda o fortalecimento da sociedade civil e o compromisso com a democratização da educação como um valor essencial e universal.

A superação dos desafios enfrentados pela educação superior no Brasil dificilmente será alcançada sob políticas neoliberais que subordinam a universidade pública às dinâmicas do mercado. Para Chauí (2003), o neoliberalismo ameaça transformar a universidade em uma "universidade operacional", orientada exclusivamente por indicadores de produtividade e pela lógica empresarial, abandonando o núcleo essencial do trabalho universitário: a formação. A autora alerta que esse modelo compromete a função crítica da universidade, ao priorizar interesses mercadológicos em detrimento do compromisso com o conhecimento e a emancipação social.

Nessa perspectiva, Chauí (2003, p. 11) defende que, para resgatar uma nova perspectiva da universidade pública, “[...] o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço”. Essa reflexão destaca a urgência de resistir à lógica mercantilista, que precariza a pesquisa e limita a contribuição social da universidade.

Diante dos resultados apresentados, evidencia-se que a análise do ENADE 2021 ultrapassa o âmbito da simples mensuração de desempenhos. As diferenças entre as IES públicas e privadas, bem como entre as modalidades presenciais e a distância, revelam desigualdades estruturais que não podem ser desconsideradas quando se discute a formação docente.

A universidade pública, enquanto espaço de produção de conhecimento e de formação cidadã, permanece sob ataque por políticas que a reduzem a um instrumento de eficiência e competitividade, em detrimento de seu compromisso social. Portanto, é preciso reafirmar o papel da universidade pública como espaço indispensável à consolidação de um projeto democrático de nação. Nesse projeto, a formação de professores ocupa lugar central, pois não há educação básica de qualidade sem um



processo formativo comprometido com a emancipação humana e com a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao situar os cursos de Pedagogia da UNESP no panorama nacional, marcado pela predominância de IES privadas na formação de professores, constata-se que a universidade pública apresentou resultados superiores no ENADE em relação às IES privadas e à modalidade EAD.

Nesse sentido, é imperativo defender o caráter público, gratuito e de qualidade da educação superior, em oposição às lógicas mercadológicas que tendem a reduzir a universidade a um espaço de mera produtividade. Urge a necessidade de reafirmar a universidade como espaço de formação integral, reflexão crítica e emancipação humana, condição para a consolidação de um projeto de sociedade democrática, justa e inclusiva.

Fortalecer a universidade pública e suas políticas de formação é fundamental para garantir a qualidade, a equidade e o compromisso social da educação superior, essenciais à formação de pedagogos(as) comprometidos(as) com a transformação educacional e social do país. Dessa forma, o ENADE pode subsidiar ações voltadas à revisão curricular, ao aprimoramento das práticas pedagógicas e ao fortalecimento da formação inicial de professores e professoras no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2024/07989-2, pelo incentivo e fomento à pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.



BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 131, pág. 361-390, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, pág. 5-15, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, M. I. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. **Educação e pesquisa**, v. 39, p. 609-626, 2013.

DOURADO, L. F. Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, p. 1-22, e0224639, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019224639>. Acesso em: 16 jan. 2025.

GRIBOSKI, C. M. O Enade como indutor da qualidade da educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 178-195, set./dez. 2012. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/1920/1904>. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do curso: Pedagogia (Licenciatura) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Araraquara**. Brasília, DF: INEP, ago. 2022. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/!/relatoriosPublicos>. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do curso: Pedagogia (Licenciatura) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Bauru**. Brasília, DF: INEP, ago. 2022. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/!/relatoriosPublicos>. Acesso em: 24 out. 2025.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do curso: Pedagogia (Licenciatura) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Marília.** Brasília, DF: INEP, ago. 2022. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/!/relatoriosPublicos>. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do curso: Pedagogia (Licenciatura) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Presidente Prudente.** Brasília, DF: INEP, ago. 2022. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/!/relatoriosPublicos>. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório do curso: Pedagogia (Licenciatura) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Rio Claro.** Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/!/relatoriosPublicos>. Acesso em: 24 out. 2025.

INEP. **Relatório do curso: Pedagogia (Licenciatura) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – São José do Rio Preto.** Brasília, DF: INEP, ago. 2022. Disponível em: <https://enade.inep.gov.br/enade/!/relatoriosPublicos>. Acesso em: 24 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório Síntese da Área: Pedagogia (Licenciatura) – ENADE 2021.** Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2021/pedagogia.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

Nascimento, C. P., Silva, F. T., & Moreira, J. R. (2024). Os cursos de pedagogia no Brasil: uma análise quali quantitativa do perfil das instituições a partir dos resultados do ENADE - 2021. **Caderno Pedagógico**, 21(10), e8788 <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n10-076>. Acesso em: 27 out. 2025.

PAULA, M. F. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 4, pág. 53-67, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1245>. Acesso em: 15 jan. 2025.

